

Ordem controversa do STF contra bolsonaristas acirra clima entre Poderes

Operação da PF foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes após empresários terem defendido golpe em grupo de mensagens

BRASÍLIA A decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), de autorizar buscas contra empresários bolsonaristas gerou nesta terça-feira (23) novos atritos entre o Planalto e o Judiciário a pouco mais de um mês das eleições.

Os alvos da operação pedida pela PF (Polícia Federal) e autorizada por Moraes foram empresários que, em um grupo de mensagens privadas no WhatsApp, defenderam um golpe de Estado caso o ex-presidente Lula (PT) vença Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais de outubro.

Além das buscas, Moraes ordenou que os empresários sejam ouvidos pela PF e o bloqueio de suas respectivas redes sociais. A operação irritou o procurador-geral da República, Augusto Aras, e gerou questionamentos de advogados.

Entre os alvos estiveram Luciano Hang, da Havan, José Isaiac Peres, da rede de shopping Multiplan, Ivan Wrobel, da Construtora W3, José Koury, do Barra World Shopping, André Tissot, do Grupo Siera, Meyer Nigri, da Technis, Marco Aurélio Raymundo, da Mormaii, e Afrânio Barreira, do Grupo Coco Bambu.

As conversas entre os empresários foram reveladas pelo site Metrópoles. Após a divulgação das mensagens, participantes do grupo negaram intenção golpista.

O próprio Bolsonaro se queixou nesta terça da medida. Como mostrou a coluna Mônica Bergamo, o presidente, durante almoço reservado em São Paulo, argumentou que as ações foram desproporcionais. "Você acham que é proporcional bloquear as contas bancárias dessas pessoas [empresários que defendem golpe]? Tem justificativa uma medida desse tamanho?", disse Bolsonaro, segundo relatos dos participantes.

De acordo com os mesmos relatos, Bolsonaro ainda questionou quem, afinal, é a favor da liberdade, se ele ou "os outros". Aliados no Palácio do Planalto fizeram eco à retórica do presidente.

Em outro momento do encontro, de acordo com interlocutores, Bolsonaro disse aos presentes que não foi procurado por nenhum dos empresários envolvidos sobre a possibilidade de um golpe militar. Ele evitou citar Moraes diretamente em suas críticas, disseram à Folha pessoas que acompanharam sua fala.

O ministro da Justiça, Anderson Torres, fez, por sua vez, críticas duras contra a determinação de Moraes. "Não podemos começar a achar pior mal a forma como as coisas vêm acontecendo no Brasil. A polícia entrando na casa das pessoas, Justiça bloqueando suas contas e quebrando seus sigilos bancários, por conta de elas estarem emitindo opiniões pessoais em um grupo fechado de WhatsApp. Isso beira o totalitarismo", afirmou.

"Você já imaginaram se essa mesma lógica fosse usada para todos os que já ameaçaram abertamente o presidente Bolsonaro? Quantas pessoas já não estariam presas?"

O tom foi seguido pelo vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos), candidato ao Senado pelo Rio Grande do Sul. Para ele, a ação contra os empresários é "lamentável", "autoritária" e "ilegal".



Alexandre de Moraes preside sessão no TSE. Pedro Ladeira - 18.ago.22/Folhapress

“ Vocês já imaginaram se essa mesma lógica fosse usada para todos os que já ameaçaram abertamente o presidente Bolsonaro? Quantas pessoas já não estariam presas? **”**
Anderson Torres ministro da Justiça

As buscas foram autorizadas por Moraes e têm como base um pedido da PF, no âmbito do inquérito do STF sobre as milícias digitais, que mira uma suposta organização criminosa responsável pela disseminação de fake news e ataques às instituições. Moraes também autorizou o bloqueio de contas nas redes sociais e quebras de sigilos bancário e telemático dos alvos. Os mandados foram cumpridos pela PF no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. Em uma das mensagens reveladas pelo portal Metrópoles, o empresário José Koury diz preferir um golpe à volta do PT e que "ninguém vai deixar de fazer negócios com o Brasil" caso o país vire uma ditadura. André Tissot disse que "o golpe teria que te acontecer nos primeiros dias de governo. [Em] 20 anos, teríamos ganhado outros dez anos a mais", afirmou.

Koury, segundo o Metrópoles, também chegou a sugerir o pagamento de bônus a funcionários que votassem seguindo a indicação dos empresários. Marco Aurélio Raymundo, da Mormaii, lembrou a possibilidade de a proposta configurar compra de votos.

No pedido, a PF indica que as buscas têm como objetivo entender a atuação do grupo de empresários em uma possível tentativa de planejar e apoiar ações nosentido de ruptura do Estado democrático Direito. O crime é previsto no artigo 359-L do Código de Processo Penal.

Outros interlocutores no governo classificaram a ordem como abusiva e disseram que os empresários deveriam estar amparados pelo direito à liberdade de expressão.

Conselheiros de Bolsonaro da ala política trabalham, no entanto, para que a operação não inviabilize a trégua entre Bolsonaro e Moraes. Recentemente, ministros palacianos têm articulado uma aproximação com o novo presidente do TSE, ventilando o argumento de que o chefe do Executivo estaria disposto a reduzir o tom golpista de suas falas caso o tribunal aceite mudanças no sistema eletrônico de votação. Pessoas próximas a Moraes negam que ele tenha feito um acordo desses termos.

Em entrevista na segunda (22) no Jornal Nacional, da

Rede Globo, Bolsonaro tratou de Moraes em tom elogioso.

"Hoje em dia, pelo que tudo indica, está pacificado. Espero que seja uma página virada. Até você deve ter visto, por ocasião da posse do senhor Alexandre de Moraes, um certo contato amistoso nosso lá e, pelo que tudo indica, está pacificado", disse o presidente na sábado, ao ser questionado sobre seus ataques às urnas eletrônicas e sobre o relacionamento com o Judiciário.

Um dos argumentos citados por assessores de Bolsonaro de que a tentativa de aproximação não deve ser abandonada é o encontro, realizado nesta terça (23), entre Moraes e o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira.

Em conversas reservadas, o procurador-geral da República, Augusto Aras, avaliou que o gesto de Moraes pode implicar os esforços de atores do Executivo e do Judiciário em busca de um acordo que faça Bolsonaro interromper os ataques a membros de tribunais. Aras indicou a interlocutores ter ficado indignado com o fato de a PGR (Procuradoria Geral da República) só ter sido intimada para acompanhar as ações na véspera da operação, com pouca margem para opinar a respeito das diligências.

Pela manhã, o procurador-geral já havia dito a pessoas próximas não ter sido notificado da decisão ou ouvido sobre as ações que seriam tomadas. À tarde, em nota, afirmou que não houve intimação pessoal da ordem assinada por Moraes.

Houve, ainda segundo o comunicado, "apenas entrega — em procedimento não usual — de cópia da decisão [de Moraes], na tarde desta segunda-feira (22), em sala situada nas dependências do STF, onde funciona unidade de apoio aos subprocuradores-gerais da República e ao PGR".

Moraes rebateu a versão de Aras. Também em nota, o gabinete do ministro afirmou que PGR foi intimada pessoalmente da decisão na segunda (22) às 14h41 e que pouco depois, às 15h25, o documento foi enviado para a vice-procuradora-geral da República, Lindora Araújo, tendo sido recebido às 16h40 pelo gabinete. Fabio Serapiao, Marcelo Rocha, Julia Chaib, Mariana Holanda, Mateus Vargas e César Feitosa

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4